

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES



LISBOA

13.14 março

OS GRAUS ACADEMICOS
VINCULOS E CARREIRAS

DOCÊNCIA E INVESTIGAÇÃO
DIFERENÇA DOS ESTATUTOS

encontro nacional sobre carreiras do ensino superior

A COMPETITIVIDADE E AS CARREIRAS ACADEMICAS

**Carlos Fiolhais
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra**

A competitividade e as carreiras académicas

Carlos Fiolhais

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Resumo:

São apresentadas e comentadas algumas sugestões que visam estimular a competitividade nas carreiras académicas (modificação da condição de assistente, maior mobilidade e intercâmbio, avaliação do trabalho científico e pedagógico, incentivos à qualidade e à inovação, etc.).

É reconhecido geralmente que a emulação é um dos factores essenciais ao desenvolvimento de qualquer actividade humana. O sistema académico português, demasiado estático e fechado em si mesmo, não tem mostrado mecanismos suficientes que fomentem a competitividade no seu interior.

Mais do que efectuar um estudo exaustivo, pretendemos aqui comentar alguns pontos que, na nossa opinião, podem contribuir para a abertura do sistema neste aspecto:

1) Nos cursos universitários portugueses, a proliferação exagerada de exames apenas aparentemente promove a selecção dos melhores e mais criativos. Passa-se a vida em exames e examezinhos, a classificar em décimas e em centésimas, como se esse desgaste permanente de professores e estudantes fosse sinónimo de verdadeira classificação. Os alunos universitários não são objecto de uma apreciação global (salvo os casos de cadeiras de seminário,

projecto ou similares), mas sim de uma apreciação extremamente espartilhada e segmentária.

2) Os alunos com melhor nota são, em certos cursos, contratados como assistentes. No estatuto de assistente reside um dos maiores busílis do sistema académico português. Ou a condição do assistente se modifica a curto prazo ou o país não se aproxima tão cedo dos padrões europeus.

A. Barroso, na sua comunicação à I Conferência Nacional do Ensino Superior, realizada em Coimbra em 1985, colocou já o dedo na ferida. O assistente tem um papel duplo, por um lado, de "funcionário inferior" na hierarquia universitária, a quem compete assegurar parte substancial do serviço docente, e, por outro lado, de estudante de pós-graduação, que está a completar a sua formação científica. Caricaturando um pouco a situação, pode-se dizer que o assistente é o "Médico e o Monstro", o "Médico" que tem de fazer o bem aos outros e a si mesmo (doutorar-se) e o "Monstro" que, entre outras tarefas, deve enfrentar os alunos em inúmeras vigilâncias de exames. E, o que é mais inusitado, o papel atribuído ao assistente de assegurar o serviço docente é sobrevalorizado em relação a sua formação científica, como se a universidade apenas fosse uma máquina de transmitir conhecimentos, sem capacidade nem para os criar nem para os renovar.

E imperioso que se estimule entre nós a preparação científica a nível de pós-graduação, considerando-a, no mínimo, tão importante como o ensino pré-graduado. No acolhimento dos estudantes de pós-graduação deviam ser consideradas as possibilidades reais da sua integração em grupos de investigação, que evidenciam traba-

lho, assim como a liberdade de escolha por parte dos estudantes dos domínios do saber em que se desejam especializar.

3) Os cursos de mestrado têm-se revelado por um lado benéficos, por accionarem a pós-graduação onde ela eventualmente estava imóvel, mas, por outro lado, não podem deixar de ser considerados, por vezes, frustantes, por não oferecerem regalias efectivas às pessoas que os concluem, nem conduzirem necessariamente a um doutoramento menos demorado do que, infelizmente, tem sido prática entre nós. A própria tese de mestrado pode ser, com algumas vantagens, curto-circuitada pelas chamadas "provas de aptidão científica e pedagógica", se as pessoas estão interessadas no doutoramento e não num grau intermédio espúrio. A concessão de um diploma de estudos pós-graduados, correspondente à parte escolar do actual mestrado, e a passagem imediata a preparação de doutoramento aos titulares desse diploma com classificação elevada, parecem-nos ser de aconselhar.

4) Como já foi repetidamente apontado, é insustentável que aos assistentes doutorados seja imediatamente, e sem qualquer concurso, facultado emprego na universidade onde concluíram o doutoramento. Esta é uma das medidas do Estatuto da Carreira Docente que mais coarcta a competitividade científica e que leva à autoconservação da universidade e ao seu funcionamento como uma "máquina de perpétuo não-movimento". O problema em causa prende-se com a questão da mobilidade e do intercâmbio académicos, que deveriam ser obrigatórios antes da concessão de lugares definitivos, a realizar sempre mediante concursos públicos. A actual carreira de docência universitária, na fase posterior ao douto-

ramento, não se mostra competitiva, pois a progressão implica, primeiro que tudo, "tempos de serviço", em vez de requerer trabalhos realizados depois do doutoramento, preferencialmente em outras instituições. A mobilidade devia pois, e em particular, ser impulsionada a nível de pós-doutoramento. Quando o recém-doutorado passa a dispor da preparação básica para criar ciência, só pode lucrar do contacto com outros centros onde se trabalha no mesmo domínio, em vez de sacrificar o seu tempo a ministrar cursos gerais, que deviam estar a cargo de professores titulares. O doutoramento deve, em suma, ser encarado como um princípio, que pode possibilitar o acesso à carreira universitária, e nunca como um fim de carreira.

6) Uma avaliação rigorosa e séria da actividade científica e pedagógica desenvolvida deve ser a pedra-angular da progressão na carreira docente universitária. Sem essa avaliação, que tem de se alicerçar em critérios objectivos que são reconhecidos e aplicados internacionalmente, toda a arbitrariedade são possíveis. Em Portugal, generalizou-se o hábito de considerar primordial o critério da antiguidade.

7) Finalmente, deviam ser estabelecidos incentivos à qualidade e à criatividade por parte do corpo docente. A. Amorim, na referida Conferência em Coimbra, propôs mesmo que se atribuíssem prémios (pecuniários ou outros) aos professores com actividade de investigação acima de uma média razoável, e penalizações aos que não realizaram investigação ao longo dos tempos, tendo deixado estéril o saber que adquiriram. Propôs ainda que fossem criados

instrumentos legais, estimulando os professores na orientação de doutoramentos. Soluções desse género, por muito polémicas que fossem, viriam de certeza a aumentar a competitividade no interior do sistema académico português, tornando-o por isso mais eficiente e profícuo.